

**A EDUCAÇÃO COMO A “SALVADORA DA PÁTRIA”:** Uma análise das políticas educacionais proclamadas pelo Estado Brasileiro, principalmente, na segunda fase do regime militar, a fim de restaurar e renovar sua legitimidade social.<sup>1</sup>

Michele Varotto<sup>2</sup>

*RESUMO:* Este artigo retrata as políticas educacionais proclamadas pelo governo da segunda fase do regime militar que compreende os anos de 1974 a 1985, o qual a fim de manter sua hegemonia perante a sociedade brasileira, criou políticas de redistribuição de renda e participação da população na formulação de uma sociedade democrática com acesso livre a oportunidades, pois o Estado passava por um momento de queda de sua legitimidade, fruto do novo modelo econômico vigente no discurso internacional, o neoliberalismo, que foi incorporado pela elite industrial nacional a qual se une aos dominados, em mobilizações anti a ditadura. A educação, neste quadro, é colocada pelo governo como a “salvadora da pátria”, e em seu discurso com o intuito de renovar e restaurar a legitimidade estatal, a educação, é aquela que tem o poder de modificar a vida social brasileira, já que é vista como a propulsora de ascensão social, mas se deve enfatizar que isto depende, lógico, da força de vontade de cada indivíduo.

*PALAVRAS-CHAVES:* Educação na segunda fase do Regime Militar, redistributivismo e participacionismo, planejamento educacional, neoliberalismo, políticas educacionais.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de um trabalho produzido como parte das avaliações da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico.

<sup>2</sup> Graduanda do quarto semestre do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, turma 2006.

**Cadernos da Pedagogia ano I Volume 01 Janeiro/Julho de 2007**

O período que compreende os anos de 1974 e 1985 que se caracteriza pelos governos de Geisel e Figueiredo, expressam um processo de crise que conduz ao declínio do regime militar (GERMANO, 2005, p. 211). Isto, ocorre devido ao quadro interno nacional, que contava com um estado forte com total intervenção econômica e social, não corresponder mais ao discurso internacional que se formou nas décadas de 60/70, denominado de neoliberalismo.

Este discurso externo, por sua vez, previa a propagação do capital pelo mundo todo, ou seja, visava uma mundialização do capital para seu sucesso, e também, que o modelo democrático norte-americano, já que a grande parte do capital circulante será o dele, seja efetivado. Mas para que isto ocorra se tem à necessidade de um Estado com a mínima intervenção possível tanto na vida social quanto na econômica, e proclama a igualdade de todos perante a lei, dessa forma se entra no discurso de que o sucesso de cada um depende de seu esforço pessoal, cabendo ao indivíduo se desenvolver sozinho, isto acaba por enfatizar a competição.

Com esses ideais, o discurso neoliberal acaba por influenciar a elite industrial brasileira que reivindica para que esses preceitos sejam efetivados nacionalmente, mas para isso é necessária a derrubada do Estado forte vigente. A partir disso, então, as classes dominantes começam a: *“reivindicar um maior acesso à tomada de decisões do Governo e exigir uma menor autonomia estatal”* (GERMANO, 2005, p. 212), como também a buscar apoio da sociedade civil, incorporando todas suas mobilizações contra a ditadura.

**Cadernos da Pedagogia ano I Volume 01 Janeiro/Julho de 2007**

Após essa união entre dominantes e dominados, a legitimidade estatal só seria recuperada se grande parcela da população fosse morta, já que as reivindicações eram muitas e a todo o momento denunciavam as barbáries cometidas pelo regime, assim como exigia um Estado de direito. Diante disso, o governo parte para a *“dialética da concessão e da conquista”*, que corresponde às manobras feitas para não perder seu controle sobre a abertura política e mesmo assim ganhar o apoio da sociedade civil, mas se vê obrigado a mudar sua metodologia: atenua as repressões e busca a adesão espontânea das massas populares, por meio da *“cooptação da força de trabalho, das suas organizações e dos seus movimentos sociais.”* (GERMANO, 2005, p. 223).

O governo começa, desta forma, a afirmar que há a necessidade de junto com o crescimento econômico acelerado se tenha políticas que melhorem a distribuição de renda, como também que busquem a participação das massas conscientes no social, essas medidas foram explicitadas no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975-1979), que visava: *“garantir a todas as classes e, em particular, às classes média e trabalhadora, substanciais aumentos de renda real; eliminar no menor prazo, os focos de pobreza absoluta existentes”* (GERMANO, 2005,p.225). É, neste contexto, que o III PND (1980-1985) é elaborado, o qual visa uma sociedade livre e desenvolvida, buscando a melhoria na distribuição de renda principalmente as classes carentes de recursos. Essa aplicação se ramifica para todos os setores sociais como: educação, cultura, saúde, saneamento, previdência social, habitação. Isto, nada mais foi do que apelos “redistributivista” e “participacionista” feitos pelo Estado Militar da época.

Nesse momento, pretende-se expor algumas das influências que esta nova metodologia criada pelo governo para a garantia de hegemonia, obtiveram no campo educacional. Assim, à educação se volta o discurso de ser a propulsora de ascensão social, e

**Cadernos da Pedagogia ano I Volume 01 Janeiro/Julho de 2007**

também como uma melhor forma de promover participação populacional no campo social, que aparece em 1979 no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (PSEC), destinada aos carentes visando uma correção das desigualdades, com apelos à participação das camadas subalternas, como também da redistribuição de renda que até então era concentrada na mão de poucos, cujo ideal era a progressão e o crescimento do país.

Anterior a promulgação do III PSEC, vale ressaltar o descompasso presenciado entre o II PND e o II PSEC (1975-1979), devido ao primeiro visar à melhoria de distribuição de renda e buscar o interlocutor da classe subalterna, enquanto o segundo ainda tinha uma visão tecnicista com uma formação voltada para o mercado de trabalho, capacitando o homem brasileiro para desenvolver seu país (“teoria do capital humano”).

Com relação ainda ao II PSEC, o MEC deveria adotar medidas que facilitassem o acesso populacional à educação, e garantissem a sustentação do processo de desenvolvimento econômico do país. No entanto, não dirige nenhuma crítica a educação existente, e não se preocupa com a distribuição de renda como o II PND afirmava. O maior objetivo do II PSEC era de aumentar a demanda populacional no 1º grau, faixa etária de 7 a 14 anos, expandir o ensino de 2º grau, atender a população das zonas carentes com a educação pré-escolar e enfatizar o programa de pós-graduação no ensino superior.

Em 1975 o ensino sofreu uma municipalização, ou seja, os encargos educacionais do 1º grau como previa a lei 5692/71 foram transferidos aos municípios, com a justificativa de que somente o governo municipal tinha condições de identificar as necessidades de sua população, e assim transpor uma educação que equalize as oportunidades, promova a ascensão social, e proporcionar um planejamento participativo que permita o desenvolvimento de suas ações. Para se ter uma idéia do quão atingiu esses ideais do governo Geisel, o relatório do MEC mostra que entre os anos de 1975 e 1981, este

**Cadernos da Pedagogia ano I Volume 01 Janeiro/Julho de 2007**

programa de municipalização do ensino atingiu 43% dos municípios, atendendo 1.747.394 alunos em 717 municípios, com um investimento Cr\$ 1.647.690,00 o que possibilitou a construção de 895 escolas, ampliação de 262, reformas em 1.043 e 2.977 foram equipadas. (GERMANO, 2005, pág 240).

Em relação ao III PSEC (1980-1985), elaborado durante o governo de Figueiredo, vale dizer que este plano negou todos os anteriores, e como Portella (ministro da educação desta época) denota, se tinha uma preocupação na composição de um planejamento que contasse com a participação de todos os Estados para que esse fosse condizente com a realidade e se atingisse, com isso, a diminuição dos níveis de pobreza.

É um discurso novo que reconhece a urgência em se superar a pobreza como também visa um planejamento elaborado com a coletividade. Pois, se percebe o fracasso da política educacional vigente até então: em que 25% da população em idade escolar não entram no sistema de ensino, o qual conta com altas taxas de evasão e repetência; educação que acaba por reprimir a população pobre; o 2º grau conta com uma mínima parcela da população acima de 15 anos (6% a 7%) *em um sistema que muito mais seleciona do que educa*; cerca de 25% dos professores não têm título para educar; a pré-escola é direcionada apenas para as camadas altas; a merenda escolar só é proporcionada em média 141 dias por ano. Essa era a realidade do sistema educacional até então, como mostra Germano (2005) na página 247.

Demo (assessor especial de Portella), ainda reconhece que a política educacional não passava de um privilegio ao topo da pirâmide social, pois como ele mesmo afirma: “O pobre, o pobre mesmo, tem extrema dificuldade de entrar no sistema [educacional]. Se entra no sistema já cai na 1ª série; se continua, também termina o 1º grau, jamais chegará, talvez no 2º grau, e, muito menos, à universidade. Se algum pobre chegar à universidade vai estudar na universidade particular, ruim, e paga,

**Cadernos da Pedagogia ano I Volume 01 Janeiro/Julho de 2007**

*e o outro, que é de alto nível, usufrui de todos os benefícios do processo educacional, chegando à universidade pública, de bom nível e de graça.”* (GERMANO, 2005, p. 249). E enfatiza que a educação exerce apenas a manutenção e privilégio das camadas que tiveram sucesso socioeconômico, e a partir disso propõe a necessidade de uma educação que levem em conta as necessidades reais dos pobres e que seja comprometida com a diminuição das desigualdades, mas que sozinha, sem que haja a redistribuição de renda que visa à diminuição dos níveis de pobreza, nada poderá fazer.

A educação neste sentido, visa com este planejamento apoiar o esforço da redistribuição de renda, e fomentar a população para participar da política e da formulação de uma sociedade democrática com acesso livre a oportunidades. Ou seja, cabe a educação, portanto, promover a conquista da liberdade, criatividade e da cidadania.(grifos meus)

Foi a partir do III PSEC, que se montaram os programas compensatórios destinados aos pobres criados em 1980, vinculados às camadas rurais (Pronasec) e as periferias urbanas (Prodasec). Com os quais o Estado visava sanar os problemas, com uma postura compensatória: *“às insuficiências do processo de acumulação, visando reduzir os índices de pobreza mediante a ação corretiva de programas governamentais, voltados para a educação informal, a geração de emprego e renda, adotando, como metodologia e trabalho, a participação comunitária.”* (GERMANO, 2005, p.254).

Esses programas (Prodasec, Pronasec), trabalham com a participação da comunidade, para assim economizar nos investimentos por parte do governo, e essa deve assumir a responsabilidade sobre a política social que está sendo ofertada a ela, no caso, a educação, que devem ter seus problemas tomados e resolvidos. Isto nada mais é do que um agravante da precarização das relações entre trabalho e educação.

**Cadernos da Pedagogia ano I Volume 01 Janeiro/Julho de 2007**

No entanto, estes programas planejaram um emaranhado de ações para atingir seus objetivos, mas nada foi desenvolvido conforme o planejado, já que não tiveram quase nenhum investimento por parte do Estado, o que demonstra a grande diferença entre se planejar e se efetivar concretamente na prática.

A verdade é que não houve participação e distribuição nenhuma, foi algo apenas proclamado, o Estado, assim, continuou numa crise profunda (inflação), e com todos esses acontecimentos da sociedade civil, foi levado a uma abertura, mesmo que controlada, à democracia.

Portanto, a política educacional teve seu discurso mudado, vinculado a participação e a redistribuição de renda, elementos chaves na tentativa do Estado garantir a sua legitimidade, mas que foram inúteis, já que não foram cumpridas em decorrência do quadro de crise que impulsionava cada vez mais o governo. Esses fatores, elaborados pelo Estado só vêm concretizar que nem sempre o que é proclamado pelo Estado é na realidade feito por este.

Hoje, ainda se tem esse tipo de política na qual a estrutura não é mudada, mas corretivos são aplicados para a resolução dos problemas sociais, e a diferença de renda, e conseqüentemente de padrão de vida, educação, alimentação etc., dos que têm e dos que não têm a cada momento se agrava mais, quase 50% da população é pobre, isto porque já se passaram 43 anos do golpe militar.

Mas não para por aí, ao estudar toda a educação brasileira que compreende o período que vai de 1930 com o governo de Vargas, a 1985 com o fim da ditadura militar, nota-se toda a desenvoltura do sistema educacional e o quão ligado à política ele esteve, mas não totalmente subordinado a esta, e sim, como uma prática autônoma que, no

**Cadernos da Pedagogia ano I Volume 01 Janeiro/Julho de 2007**

entanto, apresenta relação e não deixa de ser inseparável à política, como Saviani (1983) afirma.

O quadro educacional brasileiro, no que se refere às políticas educacionais, com as leis 4024/61, 5540/68, 5672/71, III PSEC, nota-se o fortalecimento do ensino técnico, que foi empregado efetivamente em todo o âmbito do ensino secundário e universitário, com a justificativa de transformar a nação em uma potência, o que antes no período getulista ainda tinha características humanísticas voltadas para a formação daquele que será dirigente, mas que tem seu discurso modificado pela falta de universidades para todos e ao excedente se destina uma formação para o trabalho, como também a pesquisa atrelada ao mercado de trabalho para contribuir com o desenvolvimento tecnológico das empresas no âmbito universitário. E no 1º grau a obrigatoriedade é buscada.

A verdade, é que as reformas propostas por cada governo que compreendem este período, não passaram de concessões na letra da lei, para se ter o apoio do povo, colocando a educação numa esfera de “salvadora da pátria”, a qual tem o poder de modificar a vida social brasileira, diminuindo os níveis de marginalidade, como também a propulsora de ascensão social que depende, lógico, da força de vontade de cada indivíduo.

Entretanto, na realidade, a educação brasileira só expandiu quantitativamente, os níveis de formação dos professores que eram altíssimos formando um profissional liberal passaram a uma formação precária feita em cursos noturnos, o que contribuiu para um arrocho salarial, e uma total desqualificação da profissão docente. Por conseqüência, estes fatores, trouxeram uma péssima qualidade no ensino, e também não concretizaram o acesso educacional a todos. Essas características, porém, nada mais são do que propulsoras de uma sociedade marcada pelo embate de classes antagônicas, e nesta via, a educação, acaba por reproduzir o que está nesta sociedade.



**Cadernos da Pedagogia ano I Volume 01 Janeiro/Julho de 2007**

**BIBLIOGRAFIA:**

CUNHA, C. As reformas educacionais do Estado Novo. In: **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez Editora. 2ª ed, 1989. p.122-144.

GERMANO, J.W. O Declínio da Ditadura: A política educacional no contexto da abertura. In: **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora. 4ª ed, 2005. p. 209-261.

SAVIANI, D. Onze Teses sobre Educação e Política. In: **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados. 35ª ed, 1983. p.81-91.